

Universidade Titanic e o desmonte da escola médica

CARLOS ALBERTO MORAIS DE SÁ

Ademocracia na América Latina tem sido desafiada pela pobreza, o desemprego, o narcotráfico, a decadência urbana, o analfabetismo e a fragilidade de suas instituições universitárias. O enfraquecimento do Estado, marcado pelo excesso de burocracia, centralização excessiva, ineficiência, desperdício e corrupção, esbarra no fenômeno da globalização e busca no neoliberalismo caminho pela abertura do mercado, privatizações, liberalizações e desregulações.

A política neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso traumatiza a Universidade brasileira pela restrição ao fluxo de recursos financeiros, congelamento salarial prolongado em níveis incompatíveis com a dignidade intelectual, estímulo às demissões em massa, onda generalizada de aposentadorias, cortes drásticos nos programas de pesquisas, desmotivação para o exercício cotidiano da atividade docente e desrespeito ao princípio da autonomia universitária.

A Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade do Rio de Janeiro — UNIRio — fundada em 1912, vem sobrevivendo às crises desde meados dos anos 40. Em 1963 a escola emerge do fundo do poço da decadência quando verbas federais passam a fluir de Brasília. Ao ser inaugurado em 1º de novembro de 1929, o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, o maior e mais moderno de então, construído em estilo neocolonial, era, provavelmente, também o mais bonito hospital do Rio de Janeiro. No início dos anos 60 o Gaffrée passa por uma grande reforma para se adaptar às finalidades de um hospital de ensino com moderno centro cirúrgico, 300 leitos de enfermarias, 50 salas de ambulatórios, 40 quartos particulares, serviços de clínica médica, cirurgia, cardiologia, dermatologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, reumatologia, endocrinologia, gastroenterologia, ginecologia, raios X e laboratório clínico.

Pela Escola de Medicina e Cirurgia e pelo Hospital Gaffrée e Guinle passaram algumas das mais ilustres figuras da medicina brasileira como Deolindo Couto, Carlos Chagas, Ramos e Silva, Hamilton Nogueira, Hugo Pinheiro Guimarães, Jacques Houli, Genison Amado, Jorge Resende, Alberto Soares de Mireles, Paulo Filho, Arthur Kós, Francisco Fialho e muitos outros notáveis professores que influenciaram os destinos do Brasil e marcaram a formação profissional de centenas de jovens universitá-

rios, hoje brilhantes médicos e profissionais de saúde que alavancam o avanço científico, balizam os rumos da saúde pública e garantem qualidade de vida a milhares de brasileiros.

O naufrágio dessas instituições data do início dos anos 90 com a definição do quadro sucessório para a reitoria da Universidade do Rio de Janeiro em pleno Governo Fernando Collor. O ministro José Goldemberg, da Educação, contraria a vontade dos meios acadêmicos, nomeia para o cargo de reitor um professor com perfil de administrador burocrata, advindo do clero inferior, sem a qualificação universitária adequada. A universidade se ressente, enfraquecem as atividades acadêmicas, culturais e científicas da Escola de Medicina e Cirurgia, o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle se degrada em estrutura, bem como decaem marcantemente o ensino, a pesquisa e a assistência. No entanto, um organizado conjunto bem elaborado de documentos e informações distorcidas convence o atual ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a repetir o equívoco.

Novamente, a indicação majoritária da comunidade universitária e dos conselhos superiores é desconsiderada. Paulo Renato Souza, assegurando que o Ministério da Educação tem o direito e obrigação de optar por quem tem mais condições, nomeia para o cargo de reitor um bem-sucedido empresário da área da saúde com credenciais neoliberais, porém com limitada atividade docente em clínica médica, da qual se afastou, frustrante experiência em quase dez anos de direção do Gaffrée, hoje em situação calamitosa, além de produção científica precária, especialmente por não publicar em revistas indexadas qualquer trabalho original de pesquisa nos últimos 20 anos.

Um verdadeiro terremoto sacode a estrutura acadêmica da Escola de Medicina e Cirurgia e do Gaffrée e Guinle. Professores altamente qualificados são afastados de seus cargos e substituídos por outros de qualificação menor. Desrespeitam-se estatutos e regimentos vigentes para substituí-los por outros em elaboração. Colegiados e departamentos acadêmicos são intimidados por presença física ou ingerência direta em suas reuniões decisórias. Aposentadorias são estimuladas, quadros acadêmicos minguam, sindicâncias, inquéritos e

perseguições se multiplicam. Instala-se a clima de temor e perplexidade. Dá-se a ruptura da hierarquia universitária do saber e de suas tradições democráticas. O Gaffrée entra em processo de ruínas e alcança limites máximos da precariedade, enquanto são acumulados na universidade mais de três milhões de reais em investimentos financeiros.

Pelo impacto negativo na Universidade brasileira, o neoliberalismo requer reflexão e revisão. Há queda a patamares preocupantes nos padrões de recursos humanos, na contribuição ao avanço científico, tecnológico, artístico e cultural e na qualidade dos programas de extensão. O Governo Fernando Henrique Cardoso, que gravou na memória do país o dedo da educação pela mão espalmada, há que impedir a destruição das universidades públicas, o desmonte de suas escolas médicas, bem como o desmantelamento dos hospitais de ensino. Instituições brasileiras tradicionais como a histórica Escola de Medicina e Cirurgia, única no país descendente da escola homeopática de Hahnemann, e o Hospital Gaffrée e Guinle, pioneiro na América Latina na luta contra doenças sexualmente transmissíveis, além de líder no enfrentamento da Aids, vêm emitindo nos últimos anos sinais de SOS. O afundamento de uma universidade pública da importância da Universidade do Rio de Janeiro

Um (...)
terremoto
sacode a (...)
Medicina e
Cirurgia

provocará repercussões imprevisíveis no seio da sociedade brasileira e das comunidades acadêmicas.

O Governo federal carece de uma política clara de incentivo ao desenvolvimento da universidade pública. Há que se estancar as demissões em massa, se restabelecer os quadros acadêmicos e de funcionários, suspender o estímulo às aposentadorias precoces, aumentar significativamente o aporte de recursos financeiros, motivar a comunidade acadêmica a ampliar sua produção intelectual via justiça salarial, respeito ao saber e ao princípio da autonomia universitária. Universidade pública não deve ser regulada pelas forças do mercado ou por mercadores, mas sim pelos verdadeiros interesses da população e pelo bem-estar social.

CARLOS ALBERTO MORAIS DE SÁ é professor titular de Clínica Médica da Universidade do Rio de Janeiro/UNI-Rio.